



## Vai à Câmara limite a punição de município que perder receita

Projeto estabelece que prefeituras não receberão sanções por ultrapassar teto de gastos com pessoal se a arrecadação cair por razões externas

O texto-base já havia sido aprovado na semana passada. Ontem os senadores concluíram a análise do tema aprovando seis emendas por 54 votos a 1. A proposta prevê dois casos em que serão vedadas as sanções às prefeituras.

O primeiro é quando diminuir os repasses do Fundo de Participação dos Municípios em função

de desonerações feitas pela União. O segundo, quando cair a arrecadação de royalties e da participação especial. A queda de receitas deverá ser calculada em relação ao quadrimestre correspondente do ano anterior.

Para o autor, senador Otto Alencar, o projeto “vai corrigir questões que levaram vários prefeitos a terem problemas sérios com a Justiça”. **3**

De acordo com emenda aprovada na sessão de ontem, o município só será poupado de sanções quando a queda de receita for superior a 10%



Jefferson Rudy/Agência Senado

**Rio Grande do Sul deverá ganhar três varas federais **3****

**Colegiado quer dados de teste de droga anticâncer **4****

**Semiárido pode ter área reavaliada a cada cinco anos **5****

**Avança projeto de código de barras em agrotóxico **4****

**Comissão de Ciência e Tecnologia avalia fundos do setor **2****

### Teresina, Piauí e Ceará poderão ter recursos do exterior

O Plenário do Senado aprovou autorizações para que os governos do Piauí e do Ceará e a prefeitura de Teresina obtenham empréstimos de organismos internacionais no valor total

de US\$ 473,7 milhões (o equivalente a R\$ 1,7 bilhão), para financiar projetos em áreas como inclusão social e modernização tecnológica. As autorizações agora serão promulgadas. **5**



Roque de Sá/Agência Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos aprova os empréstimos, que logo em seguida seriam confirmados pelo Plenário

### Comissão aprova MP do Seguro de Crédito à Exportação

Segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado o projeto de lei de conversão originado da medida provisória que faz ajustes no Seguro de Crédito à Exportação. O projeto foi aprovado ontem pela comissão mista responsável pela análise da MP.

Usado em operações de crédito contra riscos comerciais e políticos que possam afetar bens e serviços destinados à exportação, o seguro poderá ser acessado por seguradoras e organismos internacionais. **7**



Roque de Sá/Agência Senado

Douglas Cintra, relator da medida, com José Pimentel e Gleisi Hoffmann



Pedro Franco/Agência Senado

Simone Tebet sugeriu mudanças em projeto apresentado por estudantes

### Lei deve fixar nota no Enem para acesso ao Fies

A Comissão de Educação aprovou ontem texto que torna lei critério de desempenho para o aluno acessar financiamento estudantil pelo Fies. Hoje a regra já é prevista em uma portaria do Ministério da Educação.

O texto foi proposto originalmente por estudantes que participaram do Projeto Jovem Senador em 2013. A versão aprovada ontem contém alterações sugeridas pela relatora. **6**

**Definidas vagas na Comissão Mista de Orçamento **2****

### Renan: Senado não antecipará rito de impeachment

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o momento político exige aguardar os deputados decidirem se darão ou não autorização para o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Caso isso aconteça, o calendário no Senado será combinado com o Supremo Tribunal Federal, segundo Renan. **8**

### Desapropriação de áreas por empresa gera polêmica

A medida provisória que autoriza empresas e concessionárias privadas a promover ações de desapropriação de áreas por utilidade pública dividiu opiniões em debate ontem. Governo e representante de construtoras defenderam a MP, criticada por outros setores da sociedade. **7**

**Texto torna regras de licitação mais rigorosas **5****

Pedro Franco/Agência Senado



Comissão aprova, em reunião presidida por Lasier Martins, o plano de trabalho para análise este ano de política pública

## Fundos para ciência e tecnologia serão avaliados

Senadores querem identificar os motivos pelos quais os principais fundos de incentivos setoriais não conseguiram aplicar a totalidade de recursos e fazer um balanço da gestão e do acompanhamento

O PLANO DE trabalho para avaliar os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Estão previstas palestras e seis audiências públicas entre maio e outubro, além de uma visita à sede do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) em Campinas, São Paulo.

Os senadores escolheram avaliar este ano a gestão e a aplicação dos recursos de dois fundos de incentivo: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

De acordo com o presidente da comissão, Lasier Martins (PDT-RS), esses fundos têm arrecadado mais de R\$ 5 bilhões ao ano. Porém, parte expressiva dos recursos não tem sido aplicada. Ele lembrou que o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) foi excluído do FNDCT recentemente.

Até 20 de abril, os senadores vão enviar requerimento de informações aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação,

do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Comunicações. Também solicitarão informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) para saber se existe alguma avaliação em andamento no órgão, além de obter resultados de avaliações já realizadas.

A primeira audiência pública, e a mais importante, segundo Lasier, será para ouvir o TCU e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para conhecer os fundos, as formas de gestão e os principais problemas já identificados.

### Planejamento

Para saber os motivos da falta de aplicação dos recursos arrecadados pelos fundos, a CCT vai convidar o ministro do Planejamento, Valdir Simão. Em seguida, a comissão quer se reunir com representantes de entidades que têm se destacado com resultados positivos na área do desenvolvimento científico e tecnológico, como o CPqD, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial Ministério da Defesa.

Os senadores também querem ouvir entidades da área de produção, como

a Confederação Nacional da Indústria (CNI), para debater a participação das empresas no processo de definição da aplicação dos recursos dos fundos. Em outra audiência, a CCT quer ouvir as universidades brasileiras para avaliar o processo de transferência de recursos dos fundos aos executores de pesquisas.

A última reunião deverá ouvir os presidentes do Conselho Diretor do FNDCT e do Conselho Gestor do Funttel sobre a atual situação desses fundos de incentivo.

Walter Pinheiro (sem partido-BA) disse que o plano de trabalho será importante, mas desafiador devido às eleições municipais do segundo semestre. O senador afirmou que a reunião com o ministro do Planejamento deve ser feita em julho, mês que antecede a entrega da proposta orçamentária de 2017.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu que o Senado exija relatório mensal desses fundos. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), por sua vez, propôs convidar alguém que tenha participado da criação desses fundos para explicar qual foi o objetivo estratégico inicial para instituí-los.

## Comissão debate controle do efeito estufa

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas promove hoje, às 14h, audiência pública para debater dois temas: a Contribuição Pretendida Nacionalmente Determinada (INDC, na sigla em inglês) e a implantação do Código Florestal.

A contribuição é um documento que contém o que cada país pretende fazer para reduzir as emissões de gases

do efeito estufa. O governo brasileiro já apresentou ao secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima a INDC do país para o novo acordo adotado na 21ª Conferência das Partes (COP-21), realizada em Paris, no ano passado.

Entre as propostas brasileiras, estão reduzir em 43% as emissões de gases de efeito estufa até 2030, em relação

aos níveis de 2005; alcançar 45% de energias renováveis (incluindo hidrelétrica); zerar o desmatamento ilegal em 15 anos; e restaurar 12 milhões de hectares de florestas. Um dos convidados é Gerd Sparovek, da Escola Superior de Agricultura, da Universidade de São Paulo (USP).

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

## Lideranças já podem indicar membros para a CMO em 2016

A Secretaria Legislativa do Congresso finalizou o cálculo das vagas na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para 2016. Agora as lideranças partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado já podem fazer indicações.

O Senado ocupa dez cadeiras da CMO. A bancada do PMDB tem direito a três. Os Blocos de Apoio ao Governo (PT, PDT) e da Oposição (PSDB, DEM, PV), a duas cada um. Os Blocos Socialismo e Democracia (PSB, PPS, Rede, PCdoB), União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) e Democracia Progressista (PP, PSD) têm uma vaga cada um.

O PTC, que não integra nenhum bloco e tem apenas um senador, Fernando Collor (AL), não tem direito a representação. Três senadores estão sem partido e não podem ser indicados: Delcídio do Amaral (MS), Reguffe (DF) e Walter Pinheiro (BA).

A Câmara tem 30 vagas. Os blocos mais contemplados são PR/PSD/Pros e PP/PTB/PSC, com cinco membros cada um. O PT e o bloco PMDB/PEN receberam quatro vagas cada um; PSDB, três; PSB, DEM e bloco PRB/PTN/PTdoB/PSL, duas cada um. PDT, SD e PCdoB, uma cada um.

As bancadas menores da Câmara têm direito a uma cadeira, ofertada em sistema de rodízio. Em 2016, o PPS a ocupará. Cinco partidos ficarão sem representação: PHS, PV, PSOL, Rede e PMB.

Pela Resolução 1/2006 do Congresso, o prazo para entregar indicações se encerrou em 21 de março, mas poucos partidos o fizeram. Caso as bancadas não se manifestem, o presidente pode escolher entre deputados e senadores mais idosos e com mais legislaturas, mas a expectativa é que as indicações saiam até a próxima semana.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 20h20 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### CI Biocombustíveis

8h30 A comissão pode votar, entre outros itens, o PLS 388/2009, que define critérios socioambientais para a produção de biocombustíveis.

### CAS Alimentação

9h Entre os itens em pauta, está o PLS 106/2011, que estabelece limites máximos de gordura e açúcar nos alimentos.

### CDR Casa para trabalhadores

9h Projeto que destina unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida a trabalhadores da construção civil está na pauta.

### CDH Acidente de trabalho

9h Audiência pública sobre acidentes de trabalho no Brasil, com foco na competência para julgamento de ações previdenciárias.

### CCJ Ministro da Justiça

10h O ministro da Justiça, Eugênio Aragão, participa de audiência pública para explicar declarações de possibilidade de intervenção na Polícia Federal e no Judiciário no tocante à Operação Lava Jato.

### CE Educação básica

11h Audiência pública para debater o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

### MUDANÇAS CLIMÁTICAS Debate

14h Audiência pública sobre a constitucionalidade e a implantação do Código Florestal.

### PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, a PEC 45/2009, sobre atividades de controle externo.

### AGENDA BRASIL Energia alternativa

14h30 A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional pode votar o PLS 705/2015, que exclui da reserva legal áreas nas quais seja gerada energia eólica ou solar.

### MP 704 Fonte de recursos

14h30 Análise de relatório da MP 704/2015, que trata de fontes de recursos para cobertura de despesas obrigatórias e pagamento da dívida pública federal.

### PRESIDÊNCIA Reunião de líderes

15h Renan Calheiros comanda reunião de líderes. Às 16h, preside a ordem do dia.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Texto que limita sanção a municípios com queda de receita vai à Câmara

Governos municipais poderão ser poupados de punições caso arrecadação caia por razões externas. Plenário concluiu votação ontem

## AGENDA BRASIL

O SENADO CONCLUIU ontem a votação do projeto de lei que busca evitar a punição de municípios com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em casos de diminuição de recursos por razões externas. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados.

O texto principal (PLS 316/2015 — Complementar) havia sido aprovado na semana passada, mas os senadores ainda precisavam votar seis emendas. As modificações foram todas sugeridas pelo relator, Blairo Maggi (PR-MT)

O projeto, do senador Otto Alencar (PSD-BA), é parte da Agenda Brasil, série de propostas reunidas pelo Senado para retomar o desenvolvimento econômico do país.

Pela proposta, será vedada a aplicação de sanções ao município que ultrapassar o limite para a despesa total com pessoal em dois casos: diminuição das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por conta de isenção tributária praticada pela União e redução de royalties e participação especial.

Otto Alencar, que já integrou o Tribunal de Contas da Bahia, alegou que muitos municípios vivem quase exclusivamente do FPM e os prefeitos acabam sendo punidos por desonerações do governo federal. Um exemplo são as que atingem o Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI).

— O projeto vai, de alguma forma, corrigir essas questões que levaram vários prefeitos a terem problemas sérios com a Justiça — explicou o autor.

O senador Walter Pinheiro (sem partido-BA) também expressou apoio ao projeto.

— Convivemos hoje com os municípios sendo penalizados, quando na realidade não é de competência desses gestores municipais a responsabilidade com a frustração de expectativa de receitas. É nesse sentido que o projeto caminha — disse.

Após um acordo para que fosse ajustado, o texto recebeu o apoio de todos os partidos e as emendas foram aprovadas com 54 votos favoráveis e apenas 1 contrário, do senador Reguffe (sem partido-DF). Para ele, o projeto fragiliza a LRF.

— O governo não gastar mais do que arrecada é um princípio que eu sempre defendi, até porque, no futuro, quem vai pagar esse gasto maior é o contribuinte — afirmou.

Apesar de concordar com Reguffe sobre a relevância da LRF, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) disse acreditar que o projeto não traz prejuízos à lei. Segundo Ferraço, o texto não premia o mau administrador, mas assegura uma proteção em situações circunstanciais.

— Como punir um prefeito que fez o dever de casa, mas que foi atropelado pelos fatos em razão da conjuntura? — questionou.

A queda nas receitas deve ser calculada na comparação com o quadrimestre correspondente do exercício anterior.

### Emendas

Uma das emendas estabelece que o município só será poupado de sanções quando a queda de receita real for maior que 10%. As punições previstas são não poder contratar operações de crédito, não receber transferências voluntárias e não obter garantias.

Outro dispositivo incluído no texto estabelece que o limite de gasto com pessoal — pela

LRF, 60% da Receita Corrente Líquida — seja calculado não com os dados do período vigente, já afetados pela queda de arrecadação.

O texto prevê o cálculo com base na receita líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior, corrigida pela inflação. Sem esse ajuste, os municípios teriam mais dificuldade, já que o teto para pagamento de servidores ficaria comprometido.

Inicialmente, o texto também impedia a aplicação de penas aos prefeitos que não pagassem despesas empenhadas no mandato do antecessor, em razão da queda das mesmas receitas ou da diminuição da arrecadação de tributos de competência municipal. A previsão, no entanto, foi retirada do texto após a aprovação de outra emenda em Plenário. Na prática, isso significa que os prefeitos continuarão sujeitos às punições previstas na lei, ainda que haja diminuição de receita que não seja de sua responsabilidade.



Senadores debatem durante a sessão plenária que aprovou as emendas sugeridas pelo relator do projeto, Blairo Maggi



Fotos: Jefferson Ruy/Agência Senado

### PLENÁRIO DISCUTE PROPOSTA QUE TRANSFERE PARA JUSTIÇA FEDERAL CAUSA CONTRA UNIÃO

A proposta de emenda à Constituição que transfere da Justiça estadual para a Federal as causas trabalhistas contra a União teve a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, no Plenário.

A PEC 127/2015, apresentada por José Pimentel (PT-CE), tem como objetivo agilizar o julgamento de causas previdenciárias. José Maranhão (PMDB-PB), relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), fez ajustes de redação no texto. Com a apresentação de mais três emendas à proposta, o relator pediu ontem prazo de 48 horas para oferecer o parecer de Plenário.

### PEC COM PERMISSÃO PARA ESTADO DESVINCULAR RECEITA TERÁ CALENDÁRIO ESPECIAL

A PEC que permite a estados e municípios aplicar em outras despesas parte dos recursos hoje atrelados a áreas específicas, como saúde e educação, tramitará de maneira mais rápida. O Plenário aprovou ontem um calendário especial para a votação da proposta. A PEC 143/2015 permite que estados e municípios retirem das vinculações obrigatórias 25% da arrecadação até dezembro de 2023. O mecanismo já é permitido ao governo federal, por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU). A extensão, segundo Dalirio Beber (PSDB-SC), autor da proposta, ameniza as dificuldades de estados e municípios.

### GANHA URGÊNCIA TEXTO QUE REGULAMENTA RELAÇÃO ENTRE PRODUTOR RURAL E INDÚSTRIA

O Plenário deu urgência ao projeto que regulamenta a parceria entre os produtores rurais e a indústria. O SCD 2/2016 já havia sido aprovado no Senado e encaminhado para a Câmara, onde foi alterado na forma de substitutivo. O texto tem o objetivo de criar um padrão contratual para sanar divergências nos litígios que se referem a fornecimento de insumos, valores devidos e responsabilidades em caso de problema na atividade ou prazos, entre outros. O projeto original é da senadora Ana Amélia (PP-RS) e o substitutivo é do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). Para a senadora, a urgência se justifica pela necessidade de segurança jurídica.

## Aprovada criação de três varas federais no Rio Grande do Sul

Foi aprovada pelo Plenário a criação de novas varas federais nas cidades gaúchas de Gravataí e Ijuí. Elas agora dependem da sanção presidencial.

O PLC 114/2015 cria duas varas em Gravataí, com jurisdição no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Elas terão, ao todo, 2 cargos de juiz titular, 2 de juiz substituto, 34 cargos efetivos (26 de analista e 8 de técnico judiciário), 2 cargos em comissão e 26 funções comissionadas.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), explicou que a criação dessas varas deve-se à crescente demanda da população local pela Justiça.

O município tem 269 mil habitantes, a sexta maior população do Rio Grande do Sul. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) esclarece que,

no estado, todos os municípios com população superior à de Gravataí já contam com mais de uma vara federal.

O PLC 117/2015 prevê a criação de uma vara em Ijuí, também sob a jurisdição do TRF4. O projeto prevê a abertura de um cargo de juiz federal e outro de juiz federal substituto para sua estrutura. Está prevista ainda a criação de cargos efetivos (13 de analista e 4 de técnico judiciário), de 1 cargo em comissão e de 13 funções comissionadas.

O projeto também foi relatado por Ana Amélia, que esclareceu que a medida faz frente à crescente demanda jurisdicional da região, “que experimenta altos índices de desenvolvimento econômico e demográfico”. Ijuí tem uma população estimada em 83 mil habitantes.

## Plenário adia votação de PECs sobre precatórios

A votação em Plenário de duas propostas de emenda à Constituição sobre pagamento de precatórios foi adiada ontem. Os senadores vão tentar um acordo sobre os textos. Precatórios são requisições expedidas pelo Judiciário para cobrar de estados, municípios ou da União o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.

A PEC 159/2015 permite o uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar dívidas públicas e a PEC 152/2015 cria um regime especial de pagamento de precatórios com prazo máximo de dez anos.

O parecer do relator da PEC 159, Antonio Anastasia (PSDB-MG), foi favorável à proposta. Ela prevê a possibilidade de uso, no pagamento de precatórios, de até 75% do montante dos depósitos judiciais e administrativos referentes a processos em que estados,

DF ou municípios sejam parte. Também permite o uso de até 40% dos depósitos judiciais de demandas que envolvam exclusivamente particulares. Deverá ser criado um fundo garantidor, composto pelo restante dos depósitos judiciais.

— Os particulares ainda não têm a posse desses valores, que já estão de posse dos bancos e sob o comando do poder público, por meio do tribunal de Justiça — explicou o relator.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) afirmou que o atual texto das PECs beneficiaria com mais “fôlego fiscal” apenas os estados mais ricos.

Simone Tebet (PMDB-MS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) levantaram a possibilidade de a PEC atingir o direito constitucional de propriedade dos depósitos judiciais de pessoas e empresas. Anastasia respondeu que os recursos continuarão sob propriedade de seus

donos, mas parte deles poderia ser usada pelo poder público, sem prejudicar o recebimento em caso de necessidade.

### Reunião de líderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou para as 15h de hoje reunião com líderes partidários para definir a agenda de votações do Plenário. As PECs sobre precatórios estão entre os primeiros itens da pauta, com mais duas propostas, a PEC 45/2009, que incorpora à Constituição as atividades de controle interno da administração pública, como ouvidoria, controladoria e auditoria; e a PEC 127/2015, que transfere da Justiça estadual para a federal a competência para julgar causas decorrentes de acidentes de trabalho em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal sejam parte interessada.

# Comissão pedirá dados de testes da “pílula do câncer”

Requerimento aprovado ontem solicita ao ministro da Ciência e Tecnologia informações detalhadas sobre os recursos gastos nos estudos científicos com a fosfoetanolamina e os resultados obtidos

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) quer informações detalhadas do ministro da Ciência e Tecnologia, Celso Pansera, sobre os gastos feitos pelo ministério nos estudos da fosfoetanolamina, conhecida como pílula do câncer. A comissão aprovou ontem requerimento do presidente do colegiado, senador Lasier Martins (PDT-RS), que solicita ao ministro informações sobre os estudos e os resultados obtidos até agora.

Lasier argumenta que o defensor público federal Daniel de Macedo Alves Pereira fez relevantes questionamentos ao ministério sobre os testes. Ele pôs em dúvida a metodologia usada nos exames. Em março, o Senado aprovou a distribuição do medicamento antes que fossem concluídas as pesquisas sobre sua eficácia.

— O ministério, mesmo em tempos de crise econômica, conseguiu liberar a verba de R\$ 10 milhões para a realização



Audiência pública no Senado, no início do mês, debateu resultados dos testes

dos testes clínicos e científicos. Desses, R\$ 2 milhões já foram utilizados — expôs o senador.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o Senado cometeu “enorme equívoco” ao liberar o medicamento sem conhecer seus efeitos clínicos.

— É uma loucura completa o que estamos vivendo. O Senado autorizar a liberação de um medicamento sem que fossem feitos testes clínicos para saber se ele é eficaz ou não — criticou o senador.

Lasier disse que a aprovação ocorreu devido ao sentimento das pessoas que tinham a esperança de que o remédio as salvasse do câncer e por ter sido comprovado que a fosfoetanolamina não faz mal. Mas Aloysio disse que o medicamento provavelmente não vai funcionar e que pode influenciar as pessoas a deixarem tratamentos mais eficazes.

— A emoção é importante, mas o Senado não pode legislar nessa base — disse Aloysio.

Pedro Frazão/Agência Senado

# Agrotóxico poderá ter código de barras para facilitar controle

A rastreabilidade dos processos de produção, armazenamento, transporte e comercialização de agrotóxicos foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) ontem. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 337/2008 segue agora para a análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De Valdir Raupp (PMDB-RO), o texto altera a Lei de Agrotóxicos para obrigar que esses produtos exibam no rótulo um código de barras que permita a rastreabilidade ou o lote de produção. A rastreabilidade deve ser implantada em toda a cadeia produtiva, desde o armazenamento até o retorno das embalagens, por meio de registro eletrônico em bancos de dados integrados.

O texto aprovado foi um substitutivo de Ivo Cassol (PP-RO), que resgatou um relatório já apresentado na CCT em 2014. O substitutivo proposto na época estabelecia a atualização dos valores das multas penal e administrativa decorrentes de infrações referentes à adoção de medidas protetoras da saúde e do meio ambiente. No caso da

rastreabilidade, o senador propôs que, além do código de barras, haja um código sequencial que individualize a embalagem.

Para Raupp, a rastreabilidade vai facilitar as ações de controle, inspeção e fiscalização, garantindo mais segurança à sociedade. À época em que foi elaborado o projeto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia denunciado a contaminação de produtos com agrotóxicos proibidos.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) leu o relatório, devido à ausência de Cassol. Ele disse não se opor ao texto, mas alertou para o colapso no sistema nacional de metrologia, que controla a qualidade dos produtos.

— Não há mais possibilidade de fazer os exames preconizados pela legislação porque falta gente, falta dinheiro, faltam as verbas mais elementares de custeio.

Em caso de reincidência de infração às medidas, o substitutivo fixa multa de até R\$ 10 mil, aplicável em dobro para pessoa física, e de até R\$ 100 mil para pessoa jurídica.

# Proibição de propaganda de cigarro nos locais de venda deve ser votada hoje

## AGENDA BRASIL

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional se reúne hoje, às 14h30, para analisar seis itens da Agenda Brasil, pauta apresentada pelo Senado com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico.

Um dos primeiros itens da pauta é o projeto que amplia as medidas de combate ao tabagismo. Do senador José Serra (PSDB-SP), o PLS 769/2015 proíbe qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos nos locais de venda. O texto estabelece a obrigatoriedade de que as embalagens dos cigarros sejam padronizadas,

mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo.

Pelo projeto, fica proibido o uso de substâncias sintéticas e naturais que possam intensificar, modificar ou realçar sabor ou aroma de cigarros. O texto ainda estabelece a punição, com multa e pontos na carteira, do motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos. A infração será considerada gravíssima. A proposta tem o apoio do relator, Otto Alencar (PSDBA), presidente da comissão.

Serra afirma que as despesas diretas com a saúde dos fumantes — como custos de medicação, internação e am-

bulatório — são hoje de R\$ 23 bilhões ao ano. Não estão considerados os custos indiretos, como as mortes prematuras e as aposentadorias precoces.

Apesar do apoio do relator, a proposta já enfrenta resistência por parte de setores ligados ao tabaco. O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu no mês passado representantes da cadeia

produtiva do fumo. Eles pediram que o projeto seja mais bem discutido nas comissões permanentes do Senado. Na comissão da Agenda Brasil, o texto tem tramitação especial, podendo ir direto para análise na Câmara, se aprovado.

Gladson Cameli (PP-AC) deve apresentar voto em separado, em que discorda do mérito da proposta e a

classifica como antijurídica e inconstitucional. Ele teme que as medidas possam causar desemprego e estimular a pirataria e o contrabando.

Também está na pauta projeto de José Agripino (DEM-RN) que estimula o empreendedorismo de jovens que vivem e trabalham no meio rural (PLS 104/2015). A comissão ainda poderá votar, entre outros projetos, o PLS 705/2015, que estabelece que imóvel rural com energia eólica ou solar não será obrigado a ter reserva legal, e o PLS 444/2013, que regulamenta a concessão de obra pública ou a parceria público privada sem a prestação obrigatória de serviço público.



Integrantes da comissão da Agenda Brasil em reunião na semana passada

Rogério de Sá/Agência Senado — 6/4/2016

# Projeto impõe limite para gordura, açúcar e sódio em alimentos

Projetos que criam restrições para gorduras e açúcares em alimentos e para o uso de anabolizantes estão na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 106/2011, que será votado na forma de substitutivo, determina que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deverá estabelecer limites para as quantidades de gordura saturada, açúcares

livres e sódio nos alimentos. O texto também proíbe a fabricação e a comercialização de alimentos que contenham gordura trans artificial.

O projeto, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), recebeu substitutivo do relator, Waldemir Moka (PMDB-MS). A decisão da CAS é terminativa, o que significa que a proposta poderá seguir para a Câmara dos Deputados caso seja apro-

vada e não haja recurso para votação pelo Plenário.

Já o PLS 120/2015 exige que as academias de ginástica exponham mensagens de advertência quanto aos riscos do uso indiscriminado de esteroides ou peptídeos anabolizantes. O texto, de Davi Alcolumbre, (DEM-AP) tem relatório de Marta Suplicy (PMDB-SP). A decisão também é terminativa.

A comissão poderá analisar

ainda o PLS 313/2014, que altera a legislação sobre planos de saúde para excluir da hipótese de terapias experimentais os tratamentos cientificamente comprovados. O objetivo é garantir que os planos não neguem aos clientes tratamentos mais modernos sob a definição de terapias experimentais. O projeto é de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e tem voto favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS).

Também está na pauta o PLS 220/2014, que define competências para a resolução de litígios no ambiente de trabalho; o PLS 266/2014, que determina envio de lista de tutores dos intercambistas do Mais Médicos para o conselho regional de medicina; o PLS 107/2015, que disciplina contrato de trabalho por prazo intercalado na hotelaria; e o PLS 531/2015, sobre profissão de agroecólogo.

# Senado autoriza Teresina, Piauí e Ceará a tomar empréstimo no exterior

Projetos sobre créditos, que somam quase US\$ 474 milhões, agora serão promulgados. Senadores questionam critérios para autorização dos negócios

## AGENDA BRASIL

O ESTADO DO Piauí e do Ceará e a cidade de Teresina obtiveram do Senado autorização para tomar empréstimos no exterior. No total de US\$ 473,7 milhões (R\$ 1,7 bilhão, pelo câmbio do dia), as operações foram aprovadas ontem pelo Plenário e serão promulgadas.

O governo do Piauí terá direito a duas operações. A primeira é de até US\$ 120 milhões, com o Banco Mundial, para o projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social. A segunda é de US\$ 200 milhões, também com o Banco Mundial, para o projeto Piauí: Crescimento Sustentável e Inclusivo.

O Ceará poderá obter 57,6 milhões de euros (o equivalente a US\$ 65,7 milhões) da MLW Internet Handels para um projeto de modernização tecnológica do estado.

A Prefeitura de Teresina, por sua vez, foi autorizada a obter US\$ 88 milhões do Banco Mundial. Os recursos serão para o Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Gestão Municipal de Teresina — Programa Lagoas do Norte.

Das quatro operações, apenas a do Ceará não precisará de garantia da União.

Antes de irem para o Plenário, ainda ontem, as operações de crédito haviam sido aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Paraná

A CAE também aprovou uma autorização para que o Paraná tenha um novo prazo de 540 dias para obter US\$ 67,2 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O prazo para essa operação, autorizada pelo Senado em 2014, venceu sem que o estado tenha exercido o direito. O novo prazo está previsto no PRS 13/2016, de Alvaro Dias (PV-PR), que agora depende do Plenário.

O relator, Dalírio Beber (PSDB-SC), afirma que os recursos se destinam ao Programa Paraná Seguro, de redução da criminalidade.

Uma polêmica sobre esses empréstimos havia começado na reunião anterior da CAE, na semana passada, quando Ricardo Ferraço (PSDB-ES) sugeriu à presidente da comissão, Gleisi Hoffmann (PT-PR), que devolvesse os pedidos ao Ministério da Fazenda pelo fato de não estarem de acordo com resoluções do Senado que disciplinam as autorizações.

Gleisi negou ontem o pedido de Ferraço e argumentou que as deliberações do Senado

sobre operações de crédito têm caráter autorizativo, não impondo ao Tesouro Nacional ou ao estado a obrigação de contratar. A assinatura do contrato, acrescentou, só se concretizará se o Tesouro assegurar que o estado se enquadra nos limites de endividamento previstos na lei.

Ferraço criticou os empréstimos para o Piauí e o Paraná, estados com a nota C. Ele só não fez objeções ao empréstimo ao Ceará, que não pediu aval à União e, segundo o Tesouro, está plenamente de acordo com as resoluções do Senado. Os estados com nota C dependem de uma excepcionalidade do Ministério da Fazenda, que foi concedida ao Piauí e ao Paraná.

Para Ferraço, a Fazenda transformou em regra uma concessão que só poderia ser feita em caráter excepcional.

Alvaro Dias sugeriu como solução a votação do PRS 48/2013, que veda apoio a pedido de empréstimo quando houver potencial dificuldade de honrar a dívida.

— Há um festival de empréstimos garantidos pela excepcionalidade — disse Alvaro.

Relator do pedido de Teresina, Tasso Jereissati (PSDB-CE) explicou que a prefeitura da cidade tem nota B, o que lhe permite obter os recursos. O senador sugeriu uma reunião com o Ministério da Fazenda para definir se os critérios

serão observados com mais rigor em relação a todos ou se serão flexibilizados.

— Se nós da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não formos capazes de manter a disciplina, estaremos cooperando para que essa bagunça se degenere de vez e saia do controle — advertiu.

## Nova regra

Omar Aziz (PSD-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Waldemir Moka (PMDB-MS) reclamaram da falta de critérios do governo federal no encaminhamento de pedidos de empréstimos de estados e municípios.

Gleisi comprometeu-se a conversar com o Tesouro e a Casa Civil para estabelecer essas regras.

Favorável ao empréstimo para o Piauí, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) declarou-se defensor da responsabilidade fiscal, mas disse que “a concentração [regional] se agudiza” com a crise. Segundo ele, os empréstimos ajudam estados pobres, como o Piauí.

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu uma reforma tributária que contribua para reduzir as desigualdades regionais.

Regina Sousa (PT-PI) disse que o PIB do Piauí tem caído. Elmano Férrer (PTB-PI) afirmou que os recursos obtidos pelo estado serão investidos em educação, ações sociais e infraestrutura.

## Sandra apoia pedido de Manaus por verba externa

Sandra Braga (PMDB-AM) disse que foi surpreendida ontem com a visita do prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para reclamar do que seria discriminação do governo federal por causa da demora do aval para um pedido de empréstimo externo à cidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Segundo Sandra, o prefeito cobrou da bancada apoio à iniciativa, mas ela nunca foi procurada nem mesmo para conhecer ou avaliar o pedido de empréstimo.

— Não é necessário que ninguém me peça para defender a minha cidade — disse ela. — Meu comportamento aqui no Senado está acima de qualquer dúvida. Quero dizer ao povo do Amazonas que eu apoio esse pedido de empréstimo.

## Comissão vota hoje maior rigor em licitações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje, em decisão terminativa (sem necessidade de passar depois pelo Plenário), um projeto que condiciona a lisura da licitação à comprovação de que nenhum dos sócios da empresa vencedora, ou seus parentes em até o terceiro grau, tem participação significativa em outra empresa que integrou o processo. O PLS 584/2011, de Humberto Costa (PT-PE), tem parecer favorável do relator, José Pimentel (PT-CE).

A proposta também estabelece que a comprovação de isenção deverá ocorrer ao longo de toda a execução do contrato, sob pena de a obra em questão ser transferida para a empresa detentora da segunda melhor proposta.

Além disso, o projeto torna crime a fraude de atos regulados pela Lei de Licitações para obter vantagem decorrente da vinculação da obra licitada à empresa vencedora do processo.

Pimentel classificou a proposta de “moralizadora”:

— Terá o efeito de gerar o barateamento dos preços obtidos pelo poder público em suas contratações, especialmente quando da utilização da modalidade convite.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto será encaminhado para a Câmara.



Senadores aprovam texto que prevê atualização frequente da lista de municípios com prioridade no recebimento de recursos de fundo constitucional do Nordeste

## Abrangência do semiárido deve ser revista a cada 5 anos

Proposta para atualizar a cada cinco anos a relação de municípios que devem ser enquadrados na região do semiárido, com prioridade na obtenção de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 146/2014 segue para a Co-

missão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde terá votação final.

O projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), com parecer favorável de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), determina que o semiárido, inserido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), seja delimitado periodicamente, observando os critérios téc-

nicos de precipitações médias anuais, índice de aridez e déficit hídrico. A atual delimitação do semiárido data de 16 de março de 2005, pela Portaria 89 do Ministério da Integração Nacional.

A Lei 7.827/1989, que estabeleceu condições para aplicação de recursos dos fundos constitucionais, assegurou que metade dos recursos do FNE fosse aplicado no semiárido.

Mas não previu a atualização periódica dos municípios beneficiados. Segundo Valadares, os indicadores pluviométricos, de aridez e de risco de seca podem mudar significativamente.

— Esse aspecto é preocupante em contexto marcado por transformações climáticas aceleradas e por tendência à desertificação de certas áreas do Nordeste — acrescentou.

# Desempenho para acessar Fies pode virar lei

A proposta aprovada, originalmente sugerida por alunos que participaram do Jovem Senador, prevê nota mínima no Enem. Regra hoje já é definida em portaria do MEC

DEVE VIRAR LEI a regra que hoje exige que estudantes que queiram ter acesso a empréstimos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e a vagas em faculdades privadas tenham um desempenho mínimo no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem texto que inclui essa regra, hoje definida por uma portaria do Ministério da Educação (MEC), em lei. O projeto segue para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta (PLS 433/2014) teve origem em sugestão de participantes do Projeto Jovem Senador de 2013. Na análise, a comissão optou pela aprovação do texto com as alterações sugeridas no substitutivo da relatora, senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

O projeto foi apresentado pelos estudantes Ivanlis Nascimento da Costa, João Vitor Silva, Isamara Cardoso de Brito e Maria Eduarda Nunes da



Comissão aprovou substitutivo da relatora a projeto que prevê critério de desempenho para acesso a crédito estudantil

Silva. A ideia era estabelecer como obrigatória a oferta de financiamentos de modo proporcional ao número de vagas em cada curso e concessão mediante desempenho dos alunos no Enem.

A relatora preferiu manter no texto exclusivamente a regra de desempenho no Enem, mas levando em conta apenas um critério mínimo de performance, conforme as regras já adotadas pelo MEC. Pela portaria vigente, os alunos precisam de pelo

menos 450 pontos na média do exame e nota diferente de zero na redação.

Sobre a decisão de excluir do texto a previsão do uso da nota individual como fator de classificação para acesso aos empréstimos, Simone disse que a medida permite corrigir o que ela chama de seleção “puramente pela meritocracia”. Com esse tipo de critério, de modo absoluto, avalia ela, as oportunidades seriam “negadas justamente àqueles que mais precisam delas”.

Quanto à sugestão para que os financiamentos fossem proporcionais ao número de vagas em cada curso, os estudantes argumentaram que o objetivo seria corrigir distorção existente, traduzida pela menor oferta de vagas nos cursos mais valorizados, como medicina, odontologia e direito.

## Cursos

Para os autores, essa distorção contribuiria para reproduzir as desigualdades de oportunidade de acesso

de jovens e adultos de classes menos favorecidas a cursos reconhecidamente mais competitivos. O projeto, portanto, serviria para democratizar o acesso a tais cursos.

Para a relatora, essa medida também estaria na contramão das diretrizes recentemente adotadas pelo MEC, que levam em conta a distribuição dos financiamentos com base na qualidade dos cursos, nas necessidades regionais e nos interesses do país.

São priorizados os cursos avaliados com nota 5, com base no conceito máximo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Já as graduações nota 3 e 4 dependem de aspectos regionais, com prioridade para localidades e cursos historicamente menos atendidos.

No momento, os cursos prioritários são os das áreas de engenharia, de formação de professores (licenciaturas, pedagogia ou normal superior) e de saúde (inclusive medicina).

## Sistema que avalia educação básica será debatido hoje

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia estudantes dos ensinos médio e fundamental, será tema de audiência pública da Comissão de Educação (CE) hoje às 11h. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelas avaliações, é um dos convidados.

O Saeb é composto por exames que buscam mensurar a qualidade da educação básica, como a Prova Brasil, que avalia estudantes do 5º e do 8º ano das escolas públicas municipais, estaduais e federais. O objetivo do sistema é oferecer dados que permitam a formulação de políticas públicas e a compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos.

Dário Berger (PMDB-SC), que sugeriu a audiência, diz considerar necessário discutir assuntos como a cooperação

entre os entes federados, já que os exames podem ser feitos pela União ou por acordos diretamente pelos estados e municípios.

“Esta audiência pode ser um canal importante de debate com a sociedade civil, academia e demais interessados em melhorar a forma de coleta, divulgação e apropriação das informações da educação”, avalia o senador no requerimento.

Foram convidados a professora da Universidade de Brasília (UnB) Catarina Santos, do comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep, Alexandre André dos Santos; e o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Manuel Palacios.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Relatório final de CPI deve ser apresentado a ativistas

A CPI do Assassinato de Jovens aprovou ontem requerimento do relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), que convida integrantes de movimentos sociais e autoridades ligadas ao governo e ao Ministério Público para acompanhar a apresentação do relatório final. A reunião será em 26 de abril, informou a presidente da CPI, Lídice da Mata (PSB-BA).

Foram convidados o procurador-geral da República,

Rodrigo Janot; o ministro da Justiça, Eugênio Aragão; a ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Nilma Gomes; o jornalista Caco Barcellos; o rapper Emicida; Sueli Carneiro, coordenadora-executiva do Geledés Instituto da Mulher Negra; além de conselheiros do Ministério Público e o ex-secretário nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares, entre outros.

O objetivo de Lindbergh com o lançamento público do relatório é incrementar o trabalho da CPI: “O prazo previsto não se consubstanciou suficiente para as ações necessárias ao bom termo dos trabalhos. Para enfrentamento dessa questão, o Senado pode contribuir chamando à discussão especialistas, pesquisadores, familiares de vítimas, permitindo o fechamento do relatório”, aponta no requerimento dos convites.

Também foram convidados representantes da Anistia Internacional, do Movimento Mães de Maio (de jovens assassinados por forças policiais) e de diversos conselhos nacionais ligados ao tema.

“O Brasil é um dos países campeões nos homicídios de jovens, recordista no mapa mundial da violência. Tal situação é inconcebível”, afirma Lindbergh no texto do requerimento.



Lidice preside a CPI do Assassinato de Jovens, que apresenta relatório dia 26

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Comissão aprova MP com ajustes no Seguro de Crédito à Exportação

Medida provisória que autoriza seguradoras e organismos internacionais a usarem o seguro será votada pelos Plenários do Senado e da Câmara

A COMISSÃO MISTA da MP 701/2015 aprovou ontem projeto de lei de conversão sobre a medida provisória, que promove ajustes no Seguro de Crédito à Exportação (SCE). O seguro é usado em operações de crédito contra riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação.

A MP, que ainda será votada nos Plenários da Câmara e do Senado, pacifica o entendimento de que o SCE pode ser utilizado não apenas por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito, mas também por seguradoras e organismos internacionais, como forma de facilitar a abertura de novos mercados e diversificar a pauta exportadora brasileira.

Relatada pelo senador Douglas Cintra (PTB-PE), a medida também permite que a União, por meio do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), assumas as despesas de contencioso, judiciais ou extrajudiciais, com o objetivo de evitar ou limitar indenizações do SCE.

A criação de critérios para remuneração das instituições contratadas no âmbito do SCE e a inclusão em lei das formas de pagamento do preço de cobertura do seguro e da indenização estão previstas no texto, que também possibilita uso do FGE na cobertura de garantias no caso de produtos agrícolas cujo produtor seja beneficiário de cotas tarifárias para mercados preferenciais.

O projeto aprovado dispensa a União da cobrança judicial de créditos cuja recuperação seja



Senadores Douglas Cintra, relator da comissão, e José Pimentel na reunião em que o relatório da medida foi aprovado

considerada inviável e permite acordos de compartilhamento de risco entre agências brasileiras e estrangeiras, para atender interesses mútuos de promoção de exportações de suas empresas nacionais.

## Cobertura

A MP amplia a cobertura do SCE para a exportação de produtos nacionais em que não ocorra a saída do território brasileiro. Com isso, facultas-se o uso do seguro para garantir, por exemplo, as exportações do setor de petróleo e gás amparadas pelo regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinado às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural (Repetro).

Já a criação de seguro de investimento pretende estimular a internacionalização de empresas brasileiras, por meio da concessão de garantias ao investimento brasileiro em empresas novas ou já constituídas em outros países. A co-

bertura será limitada aos riscos políticos e extraordinários do país-alvo dos investimentos; o risco comercial ordinário permanecerá com o empresário.

O projeto expande a possibilidade de cobertura de garantias prestadas pela União em operações de seguro de crédito à exportação contra risco comercial de operações, com qualquer prazo de financiamento, quando se tratar de devedores privados ou públicos localizados em países cujo risco de crédito seja considerado elevado. Também permite uso de bens imóveis pertencentes à União para a integralização de capital em fundos destinados a apoiar as operações de crédito ao comércio exterior.

O texto aprovado permitirá a vigência, de 2017 a 2020, da isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante para os empreendimentos considerados fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, como forma de am-

pliar o potencial competitivo das regiões.

O texto inclui ainda os produtores de cana-de-açúcar que detenham direitos a créditos de subvenção devidos pelo governo federal entre os setores para os quais o risco em financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste deverá ser assumido integralmente pelo respectivo fundo.

## Emendas

O relator acolheu parcialmente emenda do senador Aécio Neves (PSDB-MG) que confere mais transparência e publicidade às decisões da Câmara de Comércio Exterior (Camex) em relação ao FGE. Cintra também acolheu emenda do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), para assegurar aos produtos pecuários tratamento semelhante ao proposto pela MP aos agrícolas. O relator acolheu ainda três emendas apresentadas por deputados.

## Romário cobra decisão na CPI do Futebol

Romário (PSB-RJ) pediu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, uma definição rápida sobre as convocações que estão pendentes na CPI do Futebol.

Na quarta-feira passada, a CPI aprovou as convocações do presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, e do ex-presidente da entidade Ricardo Teixeira. Na quinta-feira, no entanto, Renan determinou que a CPI refaça a votação.

A determinação veio em resposta a uma questão de ordem de Ciro Nogueira (PP-PI). Segundo o senador, a votação foi realizada sem quorum e, portanto, deveria ser invalidada. Renan afirmou que o quorum foi verificado, mas determinou a repetição da votação, uma vez que não houve pedido de verificação de votos.

Romário, que é presidente da CPI do Futebol, lembrou que o prazo regimental previsto já se esgotou e cobrou uma posição de Renan. Ele explicou que o requerimento para convocação na CPI não exige quorum qualificado e, antes da votação da semana passada, ninguém pediu voto nominal. Segundo o senador, depois da reunião, com as convocações de Del Nero e Teixeira aprovadas, um representante da CBF percorreu os gabinetes dos senadores pedindo o cancelamento dos requerimentos.

Romário disse que a interpretação sobre a votação simbólica pode comprometer o trabalho das comissões.

— A partir de agora, toda votação simbólica corre o risco de ser refeita. A CPI tem prazo e não podemos aguardar indefinidamente.

# Medida sobre desapropriação não tem consenso em debate

A MP 700/2015, que autoriza empresas e concessionários privados a promover ações de desapropriação de áreas por utilidade pública, foi criticada ontem em audiência da comissão mista que analisa o texto.

De acordo com o representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Marcelo Edmundo, a medida faz parte da privatização e da mercantilização das cidades, no qual o interesse maior é o lucro.

— O dia a dia da cidade e dos seres humanos é colocado para escanteio para aumentar os lucros. Fica clara, na medida, a possibilidade de as empreiteiras fazerem o que querem. Ela entrega na mão das grandes construtoras o direito de desapropriar.

A professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

da Universidade de São Paulo (USP) Raquel Rolnik explicou que a medida autoriza que o ente privado desaproprie uma área maior do que a necessária para a obra pública e a explore comercialmente de acordo com único interesse.

— Com essa medida provisória a gente diz: “Queridas empreiteiras, querem terras públicas para explorar comercialmente sem nenhum tipo de

constrangimento? Então toma”. Estamos fazendo avançar aquilo que tem nos indignado há anos no nosso país.

Segundo a secretária-geral do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Fabiana Izaga, a MP possibilita às empreiteiras a realização de desapropriações de utilidade pública para a execução de empreendimentos com o uso da “contratação integrada”, instrumento que

dispensa o projeto nas licitações de obras públicas.

A diretora do Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, Ana Paula Bruno, explicou que, na MP, a competência expropriatória permanece com o ente público. Segundo ela, quem desapropria continua sendo o Estado, podendo apenas delegar a execução do proce-

dimento expropriatório.

— Assim como a desapropriação continua prerrogativa do ente público, é importante dizer também que o projeto que orientará essas desapropriações também é público.

Segundo o consultor do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) Floriano Marques, a medida diminui a incerteza do prazo da execução das obras e melhora a lei vigente, já que prevê que as desapropriações necessárias aos planos urbanísticos devem estar de acordo com o disposto nos planos diretores das cidades.

— Não estamos privatizando a prerrogativa de desapropriar. Estamos dando instrumentos para que o poder público possa envolver o particular e fazer transformações urbanas.



Telmário Mota comanda audiência na qual a relação entre as empreiteiras e o Estado foi um dos pontos abordados

# Renan: não se deve antecipar rito de impeachment

Presidente do Senado diz que o calendário de votação do processo na Casa será combinado com o Supremo caso a Câmara venha a aprovar a autorização no domingo

NÃO É HORA de comentar o rito do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff no Senado, disse o presidente da Casa, Renan Calheiros. Para ele, é preciso esperar qual decisão será tomada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

— Tudo tem seu tempo. É preciso agir com bom senso e responsabilidade para não antecipar fatos. Se o pedido de impedimento passar na Câmara, o processo vai ter um calendário no Senado e isso será combinado com o Supremo Tribunal Federal — disse.

Segundo Renan, antes de o Senado debater o assunto, o processo de impeachment tem que passar por “uma data decisiva, que é este domingo”.

— Nesta data, de uma vez por todas a Câmara vai decidir se dará ou não autorização para o impedimento. É preciso aguardar sem sofreguidão — afirmou.

O presidente do Senado disse ainda



Renan diz que não é papel institucional do presidente do Congresso comentar fatos partidários

que não comentará a gravação, tornada pública na segunda-feira, com fala do vice-presidente da República, Michel

Temer, nem o pronunciamento de Dilma sobre o assunto. Também disse que não cabe a ele avaliar a posição do seu

partido quanto ao vazamento do áudio.

— Eu não devo comentar nenhum fato que apequene a função de presidente do Congresso Nacional. Para manter a isenção que o cargo exige, não devo comentar fatos partidários, porque isso desequilibra. Não estou acompanhando o dia a dia do PMDB. Meu papel é institucional. É preciso preservar o Senado, garantir o equilíbrio institucional, defender a Constituição e a democracia. É o que se espera de alguém no meu cargo — observou.

Renan disse aos jornalistas que o presidente do Congresso deve agir com equilíbrio e ponderação e deve ainda colaborar com o interesse nacional.

— Eu acho que o Brasil vive um momento dramático da sua história e todos os atores políticos precisam, mais do que nunca, agir com responsabilidade — finalizou.

(Da Presidência do Senado)

## Para Viana, vazamento de áudio revela golpe

Jorge Viana (PT-AC) criticou a gravação de áudio pelo vice-presidente Michel Temer como se fosse um discurso de posse no cargo de presidente da República. Ele lamentou o fato de a divulgação ter ocorrido antes de o Congresso analisar o processo de impeachment de Dilma.

Para Viana, o áudio revela um “golpe legislativo” articulado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, contra a presidente Dilma.

— O PMDB pode estar pondo um fim à sua história.



## Caiado prevê votação expressiva contra Dilma

É assustador saber que, por hora, 284 pessoas perdem o emprego no Brasil, disse Ronaldo Caiado (DEM-GO). Segundo o senador, já há 10 milhões de desempregados, situação causada pelo momento de crise no país.

O problema não é só econômico, mas também moral, afirmou. Ele acredita que o pedido de abertura do processo de impeachment na Câmara deverá ter uma expressiva votação contra Dilma.

— Será um escore acima de 400 votos pelo afastamento — previu.



## Ângela: grupo trama derrubada da presidente

Ângela Portela (PT-RR) afirmou que a divulgação de áudio gravado por Michel Temer “escancara as verdadeiras intenções de um grupo que há um ano e meio trama a derrubada da presidente Dilma”.

Segundo a senadora, parte do PMDB articula um “golpe parlamentar”.

Ângela afirmou que não houve crime de responsabilidade e que o afastamento de Dilma colocaria em risco avanços sociais e deixaria como vice-presidente o deputado Eduardo Cunha, acusado de vários crimes.



## Ferraço acusa governo de tentar influenciar votos

A chefe de Estado está transformando o governo em um bizarro balcão de negócios, disse Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Ele afirmou que Dilma Rousseff “atenta contra a probidade administrativa e se coloca acima da lei, assediando deputados para que votem contra o impeachment”.

— A troca de cargos por votos, num verdadeiro mercado de troca, com o objetivo de obter o mínimo de 172 votos contrários na votação do impedimento, é mais um crime cometido pela presidente.



## Vanessa diz que vice articula pelo impedimento

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi Michel Temer que vazou o áudio com seu possível discurso de posse, no caso de impeachment da presidente Dilma. Segundo a senadora, ele mentiu quando afirmou não trabalhar para que o pedido de afastamento de Dilma seja aprovado.

— A realidade mostra o contrário: Temer articulando politicamente pelo impeachment. Ele fala dos seus compromissos na Presidência, sendo que o processo contra Dilma está no seu início.



## Ana Amélia alerta para gravidade da crise federativa

É latente o risco de quebra financeira no país, alertou Ana Amélia (PP-RS). Muitos governadores e prefeitos, disse, estão sem poder pagar servidores.

A senadora advertiu que o Brasil teve o sexto pior desempenho econômico no ano, com uma queda de 3,8% no PIB, segundo o Fundo Monetário Internacional.

— Isso vai agravar a situação de estados e municípios. De onde vêm os impostos senão de uma economia mais ativa?

Ela elogiou liminares do STF que impedem punição a estados por pagar à União valor menor da parcela da dívida.

## Relatório é uma aberração jurídica, afirma Humberto

O líder do governo no Senado, Humberto Costa (PT-PE), considerou uma “aberração jurídica” o relatório do processo de impeachment aprovado em comissão da Câmara. Segundo o senador, o texto não aponta crime. Ele considerou “infâmia” o áudio do vice-presidente Michel Temer com possível discurso de posse.

— A fala escancara a forma desleal e mesquinha com que o vice-presidente age nas sombras, tramando a derrubada de Dilma, que foi sua companheira de chapa.



## Lindbergh critica Temer, Eduardo Cunha e o PSDB

Lindbergh Farias (PT-RJ) acusou o vice-presidente Michel Temer de participar de uma “articulação frenética”, com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de um golpe contra a presidente Dilma.

Para o senador, o áudio em que Temer discursa como se Dilma já tivesse sido afastada é prova da ação contra o governo. Lindbergh também acusou Temer de negociar cargos em sua hipotética administração.

Ele criticou ainda o PSDB por “avalizar as ações de Temer”.



## Fátima pede mais manifestações pela democracia

“Duvido que a oposição tenha os 342 votos de deputados necessários para aprovar o impeachment no domingo”, disse Fátima Bezerra (PT-RN). A senadora pediu a todos que “defendam a democracia” para que sigam nas mobilizações contra o afastamento de Dilma da Presidência.

— O processo em andamento na Câmara é uma farsa jurídica e política, já que o pedido de impeachment se baseia em ações de gestão orçamentária que não configuram crimes de responsabilidade.



## Lasier destaca acusação de fraude em contas públicas

Para Lasier Martins (PDT-RS), “golpe é maquiado e fraudar as contas públicas para esconder a verdade com propósitos eleitorais”. Segundo o senador, foi o que fez o governo nas eleições de 2014. Lasier disse que o brasileiro elegeu Dilma Rousseff porque acreditou na propaganda eleitoral que mostrava que tudo estava bem.

— No entanto, não passava de truque do então marqueteiro do PT, João Santana. O processo de impeachment tem motivação tanto jurídica quanto política, que são as pedaladas fiscais, a dilapidação da economia e os estragos à ética.

## Troca de favores prejudica Amapá, segundo Randolfe

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que o Brasil vive o maior “festival de fisiologismo na troca de favores por votos, de cargos por votos”. Randolfe disse que a troca de favores atingiu a Companhia de Eletricidade do Amapá. O senador explicou que a companhia enfrenta uma grave crise e que a troca de favores rompe acordo entre o governo do Amapá e a Eletrobras, que previa indicações técnicas para os cargos da empresa, prejudicada por uma dívida que ultrapassa R\$ 1 bilhão.



## Amorim vê o país em crise de credibilidade

Para Eduardo Amorim (PSC-SE), a crise econômica e fiscal do país é uma crise ética, moral e, sobretudo, de credibilidade.

— Hoje o que temos é um horizonte de incertezas. Acredito que, para sairmos da tempestade, precisamos, mais que nunca, trocar o comandante e corrigir a rota.

Na avaliação dele, a aprovação do relatório da comissão do impeachment confirma que a denúncia contra Dilma é forte e consistente:

— Isso é fato e contra fatos não há argumentos.

